

O LUGAR DA HISTÓRIA NOS *SOCIAL STUDIES* NORTEAMERICANOS (1990-2012)

MAÍRA IELENA CERQUEIRA NASCIMENTO¹

INTRODUÇÃO:

O presente artigo é parte do estudo empreendido no curso de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, no qual me proponho a analisar a progressão da aprendizagem do conhecimento histórico nos currículos de Social Studies norte-americanos editados entre 1990 e 2012.

Neste primeiro momento, traço um perfil genérico dos Social Studies nos EUA, o qual corresponde ao primeiro capítulo de tese vindoura. Para tanto, traço um panorama do sistema educacional dos Estados Unidos da América, expondo as suas principais características: descentralização, mescla da escolarização em ciclos e seriada e presença de matérias. Em seguida, indico, nos cinquenta currículos estaduais norte-americanos, as definições da matéria Social Studies, bem como os saberes que ela contempla e a quantidade de conteúdos que nela constam. Por outro lado, para melhor determinar a importância atribuída ao ensino do saber histórico como componente dos Social Studies, aponto o que é História nestes documentos, quais os macrotemas lecionados como parte deste conteúdo, assim como as séries ou ciclos do ensino básico dos EUA em que a História é destaque.

O SISTEMA EDUCACIONAL DOS EUA – UM PANORAMA:

O federalismo adotado pelos Estados Unidos da América quando da formação da nação engendrou no país um sistema educacional altamente descentralizado. Dessa forma, todos os entes federados tem ampla autonomia, garantida pela Décima Emenda à Constituição, para regularem seus sistemas de ensino, sem sofrerem qualquer espécie de

¹ Graduada em História/Licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe (UFS), especialista em Ensino de História (FSLF) e mestranda em Educação pela UFS(2013). Membro do Grupo de Pesquisas sobre Ensino de História (GPEH)/UFS.

interferência ou imposição por parte da União, posto que “os poderes não delegados União pela Constituição, nem proibitivos aos Estados, são reservados aos Estados respectivamente, ou ao povo”.

Por conta desta descentralização, as leis que regulam a estrutura e os conteúdos dos programas educacionais variam de acordo com estado ou distrito. Ainda assim, os os currículos e programas dos 50 estados são relativamente similares, como resultado de necessidades econômicas e sociais comuns a toda nação, bem como o movimento constante de professores e estudantes por todo país e a influencia das agências de educação federais, no sentido de moldar algumas práticas educacionais. Além disso, o fato de o Texas ser o maior comprador de livros didáticos do país faz com que os currículos escolares texanos exerçam influência sobre as editoras e, conseqüentemente, sobre os demais entes federados.

O sistema de ensino norteamericano é organizado, na maioria dos estados, em três principais níveis ou ciclos: Elementary, que inclui a pré-escola e o primário (Pre-Kindergarten/Kindergarten-5th grade), Middle School (grades 6 – 8th) e High School (9th grade – 12th). Popularmente conhecido como K-12 (Kindergarten-Grade 12), o ensino obrigatório é composto por 13 ou 14 anos de escolarização, no qual há, como se percebe acima, a combinação de pressupostos da educação em ciclos e da educação seriada.

No país, existem três tipos de escolas que os estudantes podem frequentar: as domésticas, as públicas e as privadas. A educação é compulsória, e a idade de ingresso das crianças à escola varia bastante (em 7 estados, começa aos 5 anos de idade; em 21 estados, aos 6; em 18 estados, aos 7; aos 8 anos completos em 2 estados²). De igual maneira, é cambiante a idade dos egressos – entre dezesseis e dezoito anos de idade.

Estados e distritos têm liberdade para acrescentar componentes curriculares aos seus programas de ensino. Todavia, existem matérias escolares básicas, cuja presença é constatada nos currículos de todo país: Língua Inglesa, Matemática, Ciências, Educação Física e Estudos Sociais. Debrucemos-nos sobre o caso específico desta última matéria.

² Dados referentes ao ano de 2000 e capturados em <http://www.ibe.unesco.org/Countries/WDE/2006/NORTH_AMERICA/United_States_of_America/United_States_of_America.htm>. Informações concernentes a dois estados não foram disponibilizadas.

SOCIAL STUDIES – BREVE HISTÓRICO E PERFIL:

Uma das possibilidades de organização de currículos da escolarização de crianças é a junção de conteúdos disciplinares em matérias. Contraposta à ideia da disciplinarização vigente no Brasil, a matéria Estudos Sociais é uma forma de arranjo de conteúdos atinentes ao ensino básico, adequada aos modelos de fusão e de integração dos saberes preconizados por F. Balduinus e J. Herbart e aplicados, neste caso, aos conteúdos de diversas ciências sociais e humanas.

As obras de educação histórica frequentemente citam a trajetória dos Estudos Sociais nos Estados Unidos da América, lá denominados de Social Studies (MOREIRA, 2002). Nos EUA, a implantação dos Social Studies ocorreu no ano de 1916, quando a matéria fora introduzida no ensino secundário, representado pelas High School (FREITAS, 2011). Já em 1952, o Comitê de Estudos Sociais (CSS) da Comissão da Reorganização da Escola Secundária da Associação Nacional de Educação sancionou um modelo para a matéria, que fora nacionalmente institucionalizado e aplicado em todo ensino básico. Conforme o relatório do CSS, Social Studies seriam

aquelas matérias que se relacionam diretamente com a organização e o desenvolvimento da sociedade humana e com o homem como membro de um grupo social, [...] a Geografia, a História da Europa, a História da América, História econômica, cívica e profissional, cívica da comunidade, problemas da democracia (social, econômicos e políticos), governo, economia e sociologia. (OEA, 1968: 4)

Dessa forma, os saberes de Clio, de secular destaque entre as humanidades, foram incorporados pelos Social Studies nos currículos dos Estados Unidos da América, integrando os diversificados conteúdos da nova matéria por todo país. Este processo, iniciado há noventa e sete anos, ainda intriga os historiadores e pesquisadores da educação histórica que buscam compreender os novos lugares ocupados pela História na escolarização básica norteamericana, bem como as finalidades do estudo do conhecimento histórico na referida nação.

É importante frisar que nem mesmo a edição de sucessivos estudos e relatórios cujos dados indicavam uma profunda crise no sistema educacional estadunidense (UNESCO, 2006: 2-5) abalou a força dessa matéria. De fato, ao longo de quase um século, Social Studies alçou voos para além dos domínios ianques e hoje é parte integrante dos currículos de vários países ao redor do mundo, tais como Índia, Reino Unido, Turquia, Austrália, Argentina e Canadá. O Brasil também viveu a experiência da institucionalização da matéria, desde a década de 1930.

Ainda vigente nos EUA, ora com diferentes alcunhas, ora com distintos componentes ou expectativas de aprendizagem, a matéria figura em todos currículos e programas de ensino dos cinquenta estados norte-americanos. Revisados por autoridades intelectuais nacionais e internacionais em todo país entre as décadas de 1990 e 2010, os currículos estaduais de Social Studies devem ser disponibilizados ao público em geral na rede mundial de computadores, por serem entendidos, no país, como documentos de interesse público. Não obstante, lidamos aqui com os currículos de quarenta e cinco estados: Alabama, Alasca, Arizona, Arkansas, Califórnia, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Colorado, Connecticut, Dakota do Norte, Dakota do Sul, Delaware, Flórida, Havaí, Idaho, Illinois, Iowa, Kansas, Maine, Maryland, Massachusetts, Michigan, Minnesota, Mississippi, Montana, Nebraska, Nevada, Nova Hampshire, Nova Jersey, Nova Iorque, Novo México, Ohio, Oklahoma, Oregon, Pensilvânia, Ilha de Rodes, Tennessee, Texas, Utah, Vermont, Virgínia, Washington, West Virgínia, Wisconsin e Wyoming. Excluímos desta amostragem inicial os estados de Geórgia, Indiana, Kentucky, Luisiana e Missouri devido a problemas como páginas de departamentos de educação estaduais de difícil acesso, desatualizadas ou com conteúdos retirados, corrompidos ou incompletos, de acordo com pesquisa empreendida entre setembro de 2012 e fevereiro de 2013.

A análise preliminar de quarenta e cinco currículos estaduais em vigor nos Estados Unidos indica que apenas 13 deles preocupam-se em explicar o que é, afinal, a matéria em questão. Para tanto, Carolina do Norte, Havaí, Iowa, Oklahoma, Wisconsin e Wyoming se valem da definição elaborada pela maior associação profissional de educadores de estudos sociais do mundo, o Conselho Nacional de Estudos Sociais (NCSS), segundo a qual os Estudos Sociais são “o estudo integrado de ciências sociais e humanas a fim de promover a competência cívica”. (OKLAHOMA STATEBOARD OF EDUCATION, 2012: 10)

Por outro lado, sete estados ocupam-se em editar, nos documentos oficiais, uma definição própria do que vem a ser os estudos sociais – é o caso de Connecticut, Michigan, Montana, Nova Hampshire, Nova Jersey, Nova Iorque e Pensilvânia. Menos sintéticos, estes currículos focam na junção de conteúdos efetivada pela matéria. O “New Jersey Social Studies Curriculum Framework”, editado em 1999, é ilustrativo:

O termo ‘estudos sociais’ pode ser aplicado aos programas separados de civismo, história, economia e geografia; à apresentação temática dos conteúdos misturados dessas matérias; ou à combinação dessas abordagens. (NEW JERSEY DEPARTMENT OF EDUCATION, 1999:10)

Freitas (2010), tendo como base o teórico francês Andrés Chervel (1990) postula que currículo é tudo aquilo que se ensina com a finalidade de edificar sujeitos e forjar identidades. Assim, quem formula currículos (sejam eles de curso, série, matéria, etc.) tem sempre em mente duas questões básicas: que tipo de sujeito deve ser formado? Para tanto, o que deve ser ensinado? (SILVA, 2003) Nesse sentido, apesar da pouca diversidade de significados atribuídos a Estudos Sociais, é emblemático como, em todas as fontes analisadas, há um apelo uníssono: a matéria tem o nobre objetivo de capacitar os jovens a exercerem plenamente a cidadania num mundo diverso e em constantes transformações.

Esta finalidade, entretanto, nem sempre consta nos textos dos programas de forma clara. Apesar de os currículos escolares serem compreendidos nos EUA como documentos de interesse público, e que devem, portanto, ser acessíveis não somente aos membros da função docente – mas também a alunos, pais, comunidade –, 16 deles simplesmente se abstém de clarificar os intentos da inserção de Social Studies na educação básica obrigatória. Os que o fazem, tem um discurso consonante com o postulado pela NCSS na década de 1990:

o propósito primário de estudos sociais é ajudar os jovens a tomarem decisões embasadas e racionais para o bem público como cidadãos de uma sociedade culturalmente diversa, democrática, em um mundo interdependente. (OKLAHOMA STATEBOARD OF EDUCATION, 2012:10)

Assim, é intrigante como todos os documentos capturados, seja em seus preâmbulos, seja na listagem das expectativas de aprendizagem de cada série ou ciclo, preconizam o desenvolvimento da competência cívica e a formação do cidadão que irá receber e projetar influências sobre um novo cenário mundial que desponta no horizonte. Essa cidadania se expressa principalmente nos campos político (conhecer as instituições políticas e interferir nos rumos do país; valorizar os princípios liberais que constam na Magna Carta e seus idealizadores), social (aprender a ser membro de uma comunidade, respeitar regras e leis), individual (desenvolver senso crítico, aprender a tomar decisões) e econômico (manter/melhorar a qualidade de vida, obter sucesso). Persiste o ideal de “formar o bom norte-americano”, “consolidar o American Way of Life”, “defender e expandir a democracia norte-americana, a melhor e maior forma de governo já existente”.

Passemos agora ao outro questionamento basilar: o que deve ser ensinado para formar esse cidadão do século XXI? Mais uma vez, o NCSS indica os caminhos a serem trilhados:

dentro dos programas escolares, Estudos Sociais prevê o estudo coordenado e sistemático de matérias como antropologia, arqueologia, economia, geografia, história, direito, filosofia, ciência política, psicologia, religião e sociologia, bem como se apropria de conteúdos de humanidades, matemática e ciências naturais.
(OKLAHOMA STATEBOARD OF EDUCATION, 2012:10)

Embora não apresentem uniformidade de propostas – como era de se esperar -, os programas deixam bem claros quantos e quais são os seus fios condutores ou componentes. Na amostragem deste trabalho, a quantidade de “strands” (saberes, áreas, ciências) varia bastante: há estados com apenas 3 (Alasca), há outros com até 12 (Califórnia). Em meio às tipologias arroladas, encontram-se: Civismo; Ciência Política; História (mundial, americana, local, contemporânea, do mundo moderno...); Geografia; Cultura e Diversidade Cultural; Economia; Governo/Cidadania; Psicologia; Produção, Distribuição e Consumo; Sociologia; Letramento Sociopolítico; Compreensão Democrática e Valores Cívicos; Identidade Nacional; Conexões Globais; Patrimônio Constitucional; Antropologia Cultural; Perspectivas Globais; Governo Americano; Ciências Comportamentais; Sistemas Sociais; Tempo,

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

Continuidade e Mudança; Letramento Financeiro; Desenvolvimento Individual e Identidade, dentre outras tantas.

Contudo, o predomínio de conteúdos denominados de Civismo (isolado ou acompanhado de Cidadania ou Governo), Geografia, Economia e História se faz notório: em trinta e três currículos, podemos localizar, se não todos os quatro, pelo menos três desses componentes – sendo um deles, obrigatoriamente, História. Revelam-se, desse modo, os primeiros indícios de que os domínios de Clio tem realmente espaço garantido na vasta gama de elementos que configuram esta ampla matéria intitulada Social Studies.

HISTÓRIA: MAIS UM COMPONENTE OU PEÇA-CHAVE?

Como dito anteriormente, trinta e três currículos norte-americanos de Social Studies, inseridos numa amostragem de quarenta e cinco, possuem pelo menos um componente denominado História. É o caso dos estados de Alabama, Alaska, Arizona, Arkansas, Carolina do Norte, Carolina do Sul, Colorado, Connecticut, Dakota do Sul, Delaware, Havaí, Idaho, Illinois, Iowa, Kansas, Maine, Massachusetts, Michigan, Minnesota, Montana, Nebraska, Nevada, Nova Hampshire, Nova Jersey, Novo México, Ohio, Oklahoma, Oregon, Pensilvânia, Vermont, Virginia, Washington e Wisconsin.

Mas o exame minucioso das fontes nos alerta: a ausência da alcunha História não significa necessariamente que tais currículos não contemplem conteúdos substantivos concernentes ao saber histórico. Ou seja: novas denominações, surgidas quando das reformas curriculares entre os anos de 1990 e 2012, podem, na realidade, ocultar a manutenção de ciências e saberes que já constavam nesses currículos, bem como incluir conteúdos por conta de uma nova demanda social. Wyoming e Nova Iorque, por exemplo, têm o componente “Tempo, Continuidade e Mudança”, que faz clara alusão ao saber histórico; já na Califórnia, consta um conteúdo chamado “Letramento Histórico”; em Mississippi, “Cultura”, “Relações Domésticas”, “Relações Mundiais”, “Economia” e “Direitos Cívicos/Direitos Humanos” tem uma abordagem histórica.

Assim como ocorre com Social Studies, são poucos os currículos que se ocupam de conceituar História: foram detectadas apenas 10 definições. Nelas, detectam-se as alusões diretas a ideias de tempo, mudanças/continuidades e similitudes/diferenças, causa/efeito. História é genericamente definida como sendo a matéria que estuda a experiência humana – eventos e fenômenos – no tempo e no espaço (Alasca, Califórnia, Delaware, Havaí, Illinois, Iowa, Michigan, Carolina do Norte, Oklahoma, Pensilvânia). O “Michigan Curriculum Framework” explica que

História é uma matéria integradora que estuda mudanças a continuidades ao longo do tempo nas pessoas, lugares e ambientes. O objeto de história consiste nas pessoas e em como, em diferentes lugares, pessoas e suas culturas e sociedades se transformaram e se desenvolveram. Historiadores estudam o passado para entender o presente, aproveitando um vasto depósito de informações sobre o comportamento humano, relações entre pessoas e ambientes, e as formas como pessoas desenvolveram soluções para atender aos problemas percebidos. (MICHIGAN DEPARTMENT OF EDUCATION, 2007:14.)

Os objetivos do ensino de História também são poucos, embora mais presentes do que a definição do saber em si – 17 currículos, ao todo, declaram-nos. De acordo com Freitas (2010), o Ocidente depositou na matéria escolar História uma função política. Cristian Laville (1999) listou algumas finalidades do ensino de História, compartilhadas pela maioria dos países ocidentais nos últimos 20 anos: estimular o pensamento crítico e formar o cidadão. Uma rápida leitura dos currículos norte-americanos confirma este propósito iminente político do conhecimento histórico. A História, para tanto, deve ultrapassar a dimensão meramente factual:

o estudo de História envolve mais que conhecer os nomes, datas e lugares básicos associados a um evento ou episódio. Esse conhecimento é um primeiro passo essencial para a interpretação histórica do passado, mas o estudo histórico também passa por uma metodologia que desenvolve uma compreensão mais profunda no

interior de um indivíduo. (ILLINOIS STATE BOARD OF EDUCATION, 2002: 05)

Dentro dos conteúdos de história, vários podem ser os macrotemas a serem abordados em sala de aula. “USA/American History”, aliada a “World History” e história local (estadual, neste caso: Arkansas, History, Illinois History, New Hampshire History), são os temas mais presentes. Podem ser verificados ainda: “História Política e Diplomática”, “História Social”, “Culturas e Histórias”, “Economia e História”, “História do Mundo Moderno”, “Histórias Regionais” e “Tempo, Continuidade e Mudança”, etc..

A análise das expectativas de aprendizagem de cada série/ciclo fornece igualmente bons indícios para entendermos a importância atribuída – ou não! – à História como saber escolar. Raríssimos são os estados que não pautam competências, habilidades ou conteúdos substantivos concernentes ao saber histórico em todos os grades. Apenas West Virginia e Flórida apresentam tal diferencial, embora em grades específicos (12 e 7, respectivamente), que focam seus estudos em temas relativos à Geografia, Civismo ou Economia.

É interessante destacar que mesmo nos sete estados onde se prevê a existência do Pre-K na educação pública, não apenas os Social Studies figuram enquanto componente dos currículos deste grade: as biografias de alguns heróis nacionais ou a aptidão de mensurar o tempo, a organização cronológica de narrativa/fatos históricos figuram enquanto habilidades cruciais a serem desenvolvidas pelas crianças.

Depreende-se, dessa forma, que a História é um importante componente da matéria Social Studies. O “Social Science Standards of Learning for Virginia Public Schools” ressalta que “história deve ser o núcleo de integração do currículo, no qual humanidades (como arte e literatura) e as ciências sociais (ciência política, economia e geografia) vêm à vida”. (VIRGINIA DEPARTMENT OF EDUCATION, 2008: v) Confirma-se então a hipótese de Freitas (FREITAS, 2011), segundo a qual o saber histórico é conclamado a contribuir para com a formação dos norte-americanos por conta de atributos variados, tais como esclarecer a importância de eventos do passado no cotidiano dos compatriotas, inculcar valores patrióticos, democráticos e de livre iniciativa, informar como sociedades superaram obstáculos e ajudar a

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

tomar decisões atinentes a problemas do presente – sejam eles de ordem individual ou coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os Social Studies são uma matéria escolar vigente nos currículos escolares norte-americanos que condensa saberes inerentes a ciências sociais e humanidades, tais como política, civismo, geografia, antropologia, psicologia e história. Sob as mais diversas alcunhas e abrigando diversos componentes, os propósitos do ensino desta matéria atendem a demandas de cunho social, político, econômico e individual (formação de consciência crítica, aprender a integrar uma comunidade, assegurar/conquistar um bom padrão de vida e defender os valores liberais da Constituição, por exemplo), sintetizadas na apelativa finalidade de “formar o cidadão”.

Neste contexto, a História faz-se mais do que presente: ela é uma peça-chave dos quarenta e cinco currículos estaduais de estudos sociais analisados, pois incute nas crianças e jovens os valores da democracia, livre iniciativa e patriotismo, além de consolidar no estudante a capacidade de tomar decisões – individuais ou coletivas. Dessa maneira, apenas 2 séries escolares de 2 estados (West Virginia, grade 12; e Flórida, grade 7, respectivamente) não possuem a História enquanto componente curricular obrigatório, pois optam por focar em temas relativos à Geografia, Economia ou Civismo. Ainda assim, é de se destacar que nos sete estados onde é ofertado o Pre-K conceituais substantivos ou metahistóricos.

REFERÊNCIAS:

CHERVEL, André. *História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa*. *Teoria & Educação*, Porto Alegre, n. 2, p. 177-254, 1990.

FREITAS, Itamar. *Fundamentos teórico-metodológicos para o Ensino de História (Anos Iniciais)*. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

FREITAS, Itamar. *História para crianças nos currículos de Estudos Sociais nos Estados Unidos da América* (2002/2010). Disponível em: <<http://itamarfo.blogspot.com/2011/04/alfabetizacao-historica-nos-curriculos.html>>. Acessado em 03 de setembro de 2012.

ILLINOIS STATE BOARD OF EDUCATION. *Illinois learning standards: Social Studies*. Springfield: ISBOE, 2010.

MICHIGAN DEPARTMENT OF EDUCATION. *Michigan curriculum framework*. Detroit: MDE 2007.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. *Currículos e programas no Brasil*. 16. ed. São Paulo: Papirus, 2009.

NATIONAL COUNCIL FOR THE SOCIAL STUDIES. *Expectations of Excellence: Curriculum Standards for Social Studies*. Washington, D.C.: NCSS, 1994.

NEW JERSEY DEPARTMENT OF EDUCATION. *New Jersey Social Studies Curriculum Framework*. Trenton: NJDE. 1999

OKLAHOMA STATE BOARD OF EDUCATION. *Oklahoma C3 standards for the Social Studies*. OSDOE: 2012.

ORGANIZAÇÃO DE LOS ESTADOS AMERICANOS. *La renovacion de la enseñanza de las ciencias sociales em las escuelas secundarias de los Estados Unidos*. Washington: Departamento de Assuntos Educativos, Union Panamericana, Organización de los Estados Americanos, 1968.

SILVA, Tomás Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

UNESCO. *World Data on Education: United States of America*. Disponível em <http://www.ibe.unesco.org/Countries/WDE/2006/NORTH_AMERICA/United_States_of_America/United_States_of_America.htm>. Acessado em 04 de janeiro de 2013.

VIRGINIA DEPARTMENT OF EDUCATION. *Social Science Standards of Learning for Virginia Public Schools*. Richmond: VDE. 2008